



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
COORDENADORIA ACADÊMICA
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA AEROESPACIAIS

ALESSANDRO **DA COSTA** BORGES, Cel Av

A necessidade da exploração do efeito dissuasório para uma Força Aérea do futuro.

Rio de Janeiro
2024

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
COORDENADORIA ACADÊMICA
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA AEROESPACIAIS

ALESSANDRO **DA COSTA** BORGES, Cel Av

A necessidade da exploração do efeito dissuasório para uma Força Aérea do futuro.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Escola de Comando e Estado-Maior da
Aeronáutica como requisito parcial para
aprovação no Curso de Política e Estratégia
Aeroespaciais. Orientador: Cel Av LÍBERO
ONODA LUIZ CALDAS.

Rio de Janeiro
2024

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de sua história, o Brasil desenvolveu uma cultura estratégica de natureza pacífica, de não-agressão que sempre buscou a solução através de ações que privilegiam a diplomacia, tendo sido empregada a expressão militar do poder nacional em apenas três ocasiões: a Guerra do Rio da Prata, entre 1851 e 1852, a Guerra do Paraguai ou Tríplice Aliança, de 1864 a 1870 e a Segunda Guerra Mundial, quando mobilizou tropas em 1944, dois anos após haver declarado guerra ao Eixo em 1942.

Nesse contexto, após o último evento bélico citado, em um mundo marcado pela bipolaridade entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ganha destaque uma atitude estratégica cujo efeito se constitui em uma estratégia de defesa fundamental, a dissuasão, que conforme o Glossário das Forças Armadas (MD35-G-01) tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos (Brasil, 2015).

Dessa forma, inserido em um cenário dinâmico, complexo e híbrido, em que não raro os interesses nacionais são divergentes, o Brasil deve possuir forças armadas capazes de atuarem de forma a moldar opiniões adversas quanto à possível atitude hostil.

Portanto, considerando o escopo do trabalho como o poder aeroespacial, é necessário que o efeito dissuasório seja explorado intencionalmente e de forma planejada nas ações da Força Aérea Brasileira (FAB), de forma a garantir a visão de futuro definida, além de contribuir com as Ações Estratégicas de Defesa e Objetivos Nacionais de Defesa do país.

Para isso, a incorporação de meios, pesquisa e desenvolvimento, a exploração dos efeitos dissuasórios dos projetos estratégicos da FAB deve ser parte integrante das ações de força aérea como forma de exercer o efeito condicionado de convencimento do poder aeroespacial no entrono estratégico do Brasil.

E para o êxito dos efeitos desejados é imperativo que a doutrina seja revista e as ações de força aérea, em diversos níveis, incorporem os requisitos fundamentais que tendem a fazer com que o efeito da dissuasão se concretize, quais sejam: a comunicação, a capacidade e a credibilidade.

Considerando a importância da dissuasão, uma vez que o Brasil não pode prescindir de gerar efeitos dissuasórios resultantes de sua capacidade militar, se faz necessário analisar o “porquê” da necessidade da sua incorporação nas ações da FAB e das condições que a aproximam do resultado desejado.

2 DESENVOLVIMENTO

Ao estudar e se aprofundar no conceito de dissuasão, várias abordagens do emprego do poder militar se referem ao tema, com destaque ao citado pelo renomado cientista político Dr. Colin S. Gray que posiciona a dissuasão como parte de um “complexo relacionamento político, um relacionamento que tem história, que não pode ser considerada um fim em si mesma”. Ou seja, uma estratégia de convencimento que une os fatores materiais e psicológicos, tangíveis e intangíveis, cada vez mais explorados na multidimensionalidade vigente, desde o tempo de paz como ferramenta diplomática de defesa nacional (Gray, 2003).

Os ataques nucleares dos EUA ao Japão, durante a Segunda Guerra Mundial, marcaram uma época em que a demonstração da capacidade de destruição fez com que uma corrida armamentista fosse estabelecida na esfera bipolar de potências vencedoras do conflito, EUA e URSS, começando uma projeção de poder em que a dissuasão protagonizou as ações.

Um cenário de incerteza se estabeleceu, limitando de certa forma a liberdade de ação de emprego, principalmente pelo fato dos adversários serem detentores de armamento nuclear. Ou seja, um “jogo de xadrez” onde havia hesitação em se movimentar qualquer peça que pudesse gerar uma resposta caótica que levasse a destruição em massa.

Então, mesmo após o término da chamada Guerra Fria, é notório que as forças armadas deveriam ser cada vez mais capazes de projetar poder, serem persuasivas e efetivas em contra-respostas, criando certo domínio resultante de uma competição constante que se caracteriza por elementos intangíveis pelo fato da dissuasão ser uma forma de deterência passiva.

Não excluído desse contexto, denotando a importância do tema, o Brasil, desde as publicações de mais alto nível como o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e a Política de Defesa Nacional/Estratégia de Defesa Nacional (PDN/EDN) até os normativos da Aeronáutica como a Concepção Estratégica Força Aérea 100 (DCA 11-45, 2018) e o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2018-2027 (PCA 11-47, 2018), aborda a dissuasão como fator fundamental contribuinte para os objetivos e interesses nacionais no que se trata de defesa e soberania, além de ser parte integrante da visão de futuro para a FAB.

2.1 O EFEITO DISSUASÓRIO NAS AÇÕES DE FORÇA AÉREA

Em se tratando do poder aeroespacial como uma ferramenta ou instrumento militar de aplicação do poder político, a inclusão do efeito dissuasório nas ações da FAB é de fundamental importância e contribuição para a garantia da soberania e da defesa nacional.

O conceito de dissuasão que tem por base a capacidade de desestimular potenciais adversários de realizar ações hostis está diretamente relacionado com os projetos estratégicos atuais, sendo o caça F-39 Gripen um dos elementos dessa estratégia. Sua tecnologia avançada e capacidades de combate são projetadas para assegurar que o Brasil esteja preparado para responder eficazmente a qualquer ameaça, criando um ambiente de projeção de poder.

Considerando o Brasil como um ator que busca o protagonismo no entorno estratégico, a dissuasão é particularmente relevante para o país. A presença de uma força aérea moderna e bem-equipada transmite uma mensagem clara de que qualquer tentativa de violação de soberania será enfrentada com força significativa, servindo como um forte elemento dissuasório contra ações hostis, sendo condição não apenas para a defesa direta do território nacional, mas também para o fortalecimento de um perfil intimidatório do poder aeroespacial.

Vale destacar que a aquisição do F-39 Gripen, além de representar um salto tecnológico condizente com a visão de futuro da FAB, permite uma maior integração com as forças aéreas de outras nações e participação em operações conjuntas. Esse nível de interoperabilidade e cooperação internacional reforça o efeito dissuasório, pois potenciais adversários devem considerar não apenas a resposta direta do Brasil, mas também a possível reação de seus aliados. A capacidade de operar em conjunto com outras forças aéreas avançadas aumenta significativamente o custo de qualquer ação hostil contra o Brasil.

Além disso, a dissuasão eficaz não está restrita somente aos equipamentos modernos, mas também treinamento contínuo e doutrina operacional atualizada. Principalmente, pela ênfase citada da importância do efeito dissuasório para as forças armadas, faz-se necessário uma implementação intencional nas ações da FAB de forma a explorar as capacidades que aumentem a credibilidade de sua postura dissuasória.

Ao considerar o modelo proposto por Ray Steiner Cline, ex-secretário de estado para assuntos de inteligência e pesquisa dos EUA, que permite uma medição da percepção do poder nacional, fica claro a necessidade da exploração dissuasória dos projetos estratégicos da FAB uma vez que os fatores componentes da fórmula proposta atuam diretamente na

percepção gerada que possui um efeito dissuasório diretamente proporcional quanto maior seja.

A “equação do poder”, apresentada por Cline em seu livro *World Power Assessment: A Calculus of Strategic Drift*, se apresenta na seguinte fórmula (Cline, 1977):

$$Pp = (C+E+M) \times (W+S)$$

C = Massa Crítica (Área Territorial e Tamanho da População)

E = Capacidade Econômica (PIB e Fontes diversas de energia)

M = Capacidade Militar (Convencional e Estratégica)

W = Vontade (Integração Nacional)

E = Estratégia Nacional (Desenvolvimento Estratégico Global)

Assim, o Poder Perceptível que apresenta as variáveis objetivas (C, E e M) e as subjetivas (W e S) relacionadas com as diversas expressões do poder nacional, denota a importância da necessidade de exploração de influência das capacidades militares na percepção desejada. Fato corroborado pela percepção sobre o Brasil, que como exemplo, o portal *sohu.com*, maior empresa de comunicação online da China, publicou em 2023 que os militares brasileiros seriam o “exército mais falso e vazio do mundo” (Sociedade Militar, 2023).

Como um dos projetos estratégicos, a presença do F-39 Gripen na FAB fortalece a imagem do Brasil como um ator relevante no cenário internacional. Um país que demonstra capacidade de defender seus interesses de forma autônoma e eficaz ganha respeito e influência nas arenas diplomáticas e militares. Esse reconhecimento global não só contribui para a segurança nacional, mas também para a projeção de poder e influência do Brasil no contexto mundial.

Portanto, o efeito dissuasório deve ser um componente central das ações da Força Aérea Brasileira, fazendo parte de sua doutrina de emprego e adequando suas organizações para a atuação na dimensão informacional em que os fatores de êxito da dissuasão devem ser continuamente trabalhados, sob o risco das capacidades incorporadas não atuarem como inibitórias.

2.2 OS 3Cs NECESSÁRIOS AO ÊXITO

De forma geral, dissuadir é o ato de evitar haja o uso da força contra o outro, por ser criado o sentimento de temor das consequências. Uma avaliação de risco colocada em prática, faz o oponente racional interpretar que os benefícios serão menores que as perdas. Ou seja, a ameaça de danos é compreendida em um nível superior a suas capacidades para alcançar seus objetivos.

Uma vez o conceito estabelecido e de conhecimento das Forças Armadas, fica o questionamento de “como” atingir o efeito indutivo de levar uma ameaça a desistir de seu propósito. Efeito indutivo que tem uma característica psicológica ao trabalhar com a influência comportamental.

Assim, para que a dissuasão convencional atinja o efeito desejado, como descrito na visão de futuro da FAB, é fundamental que sejam trabalhados os três requisitos indispensáveis ao êxito: comunicação, capacidade e credibilidade, citados em *Contemporary Strategy – Theories and Policies*. Fato que será traduzido na atualização da doutrina em vigor e nas organizações que serão responsáveis por conduzir, coordenar e avaliar a aplicação desses requisitos (Baylis; Booth, 1975).

Quanto ao requisito de comunicação, a mensagem a ser transmitida deve ser clara, indicando o que será feito em caso do adversário persistir no intuito hostil. Para a capacidade, deve haver a percepção do potencial ofensivo que as capacidades próprias podem causar, gerando a interpretação de serem inaceitavelmente prejudiciais. E no que se trata de credibilidade, o objetivo é que não haja dúvida quanto a materialização das capacidades comunicadas.

Tais requisitos fazem da dissuasão uma atividade com impactos políticos e estratégicos, extremamente desafiadora e dinâmica. Situação comprovada porque o sucesso ou fracasso da dissuasão depende de uma relação nada cartesiana e complexa entre os atores que habilmente devem utilizar seus recursos, planejar ações e criar atitudes que apontem para o objetivo de defesa nacional.

Um exemplo clássico da teoria de jogos não cooperativos que envolvem os três requisitos citados foi a Guerra Fria que, de acordo com o artigo *Perfect Deterrence*, da *Cambridge University Press*, detalha as relações entre ameaças e capacidades da teoria de dissuasão, em que as superpotências exploraram ao máximo a comunicação, credibilidade e capacidades. Como um dos momentos mais tensos do período citado, a Crise dos Mísseis de

Cuba, em outubro de 1962, foi um período em que os requisitos contribuíram para o êxito, evitando uma agressão nuclear mútua que ficaria fora de controle (Zagare, 2020).

Sem dúvida, a dissuasão é um fenômeno psicológico que persiste seja em cenários de bipolaridade ou multipolaridade, convencional ou nuclear, pois é basicamente gerar o convencimento em um oponente a não prosseguir com a hostilidade planejada, ameaçando-o de retaliação, sendo eficaz no que transmitimos, no que somos capazes e o quanto a crença gera efeitos comportamentais no adversário.

Por isso, é imperativo que os 3Cs da dissuasão façam parte das ações de emprego do poder aeroespacial, atualizando as doutrinas, colocando em prática através da capacitação de pessoal nas organizações militares, incorporando, assim, o efeito dissuasório em uma força aérea que deverá contribuir para que o Brasil seja um protagonista em seu entorno estratégico.

3 CONCLUSÃO

Desde o uso das armas atômicas na Segunda Guerra Mundial, a dissuasão se destacou como um princípio fundamental nas estratégias militares globais. A capacidade de um país produzir ações de efeito dissuasório por meio da demonstração de poderio militar e comprometimento com a defesa nacional moldou o cenário geopolítico global. O conceito de dissuasão transcendeu as armas nucleares e se expandiu para incluir diversas formas de poder militar convencional, onde a demonstração de força e a capacidade de resposta rápida são cruciais para manter a paz e evitar possíveis escaladas de crise. A Força Aérea Brasileira (FAB), inserida nesse contexto, como expressão militar do poder aeroespacial, deve considerar a exploração dos efeitos dissuasórios como uma ferramenta essencial para garantir sua relevância e atingir a visão de futuro definida.

A exploração intencional dos efeitos dissuasórios deve ser um componente central das ações da FAB, refletindo uma abordagem estratégica que visa não apenas a proteção, mas a projeção de poder. Os projetos estratégicos apresentam oportunidades de fomento dissuasório para garantir que a FAB não apenas reaja a ameaças, mas também imponha uma presença estratégica que desestime potenciais agressores. Isso exige uma visão estratégica e planejada, onde a exploração dos efeitos dissuasórios do poder aeroespacial é uma necessidade para que se crie um ambiente de segurança forte e confiável.

A importância de integrar a dissuasão nas ações da FAB, principalmente nos projetos estratégicos, é evidente quando se considera a "equação do poder" proposta por Cline e seu

peso dentro do fator militar. Esta equação sugere que a percepção de poder é uma combinação de capacidades reais e a percepção que os outros têm dessas capacidades. A presença visível e tangível de uma força aérea equipada e capaz, pronta para o emprego, gera um impacto psicológico significativo sobre potenciais adversários. Portanto, o efeito dissuasório deve fazer parte das ações de força aérea de forma que fortaleça a percepção externa de suas capacidades.

O sucesso da dissuasão está diretamente relacionado à comunicação, credibilidade e capacidade. A crise dos mísseis de Cuba exemplificou como a percepção de uma capacidade dissuasória eficaz, quando comunicada de forma clara e convincente, pode prevenir a escalada de um conflito. Para a FAB, isso significa que deve haver uma estratégia de comunicação sólida que enfatize sua capacidade de responder e projetar poder, garantindo que suas intenções sejam críveis e claramente entendidas por potenciais adversários.

A análise teórica do tema abordado e suas aplicações práticas oferecem uma base sólida para aprimorar a estratégia da FAB, considerando a dissuasão já ser um ponto relevante nas publicações dos diversos níveis.

A implementação intencional e planejada da dissuasão deve ser um objetivo claro dentro das doutrinas e atribuições da força, permitindo o desenvolvimento de estratégias eficazes que garantam a segurança e a projeção de poder. O aprofundamento desse tema e a incorporação das lições aprendidas ao longo da história são essenciais para garantir que a FAB alcance seus objetivos estratégicos e a consolide como um instrumento do poder nacional militar capaz de fazer com que o poder aeroespacial brasileiro seja um componente de alto valor na percepção de poder do entorno estratégico do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2023.
- AUGUSTO, R.S. Sociedade Militar. **Exército mais falso e vazio do mundo**. Disponível em: <https://www.sociedademilitar.com.br/2023/07/chineses-sobre-militares-brasileiros-exercito-mais-falso-e-vazio-do-mundo-80-das-despesas-militares-sao-usadas-para-aposentadoria.html>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- BOOTH, K & BAYLIS, J. **Contemporary Strategy - Theories and Policies**, New York, Holmes and Meir Publishers Inc. 1975.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria nº 1.224/GC3, de 10 de novembro de 2020. Aprova a reedição da Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira - Volume 1 (DCA 1-1). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 205, f.14971, 12 nov. 2020a.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria nº 1.225/GC3, de 10 de novembro de 2020. Aprova a edição da Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira - Volume 2 (DCA 1-1). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 205, f.14971, 12 nov. 2020b.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria nº 1.597/GC3, de 10 de outubro de 2018. Aprova a reedição da Concepção Estratégica - Força Aérea 100 (DCA11-45). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 180, f. 11264, 15 out. 2018.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria nº 2.102/GC3, de 18 de dezembro de 2018. Aprova a reedição do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2018 - 2027 (PCA 11-47). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 222, f.14766, 20 dez. 2018.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf>. Acesso em: 21 maio 2024.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 18 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

CLINE, R. S. **World power assessment 1977: A calculus of strategic drift**. [s.l.] Westview Press, 1977.

GRAY, C. **Maintaining Effective Deterrence**. 2003. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2003/ssi_gray.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

MALAGUTTI, M. **Dissuasão: um olhar brasileiro**. Brasília: Instituto Vegetius, 2022.

ZAGARE, F. C. Perfect deterrence theory. Em: **Game Theory, Diplomatic History and Security Studies**. [s.l.] Oxford University PressOxford, 2019. p. 127–144.